

O Serviço Geográfico do Exército

F. DE A. NOGUEIRA.

POUCOS, certamente, são os leitores da *Revista do Serviço Público* que conhecem de perto um dos órgãos mais importantes e laboriosos do nosso Exército — o *Serviço Geográfico do Exército*. Muitos, talvez, nem tenham nêlo ouvido falar, porque seu trabalho é silencioso e não precisa de propaganda para impor-se; as tarefas ali realizadas visam apenas cumprir o dever impôsto para bem servir à Pátria. O que primeiro chama a atenção é o seu vasto edifício branco e de linhas arquitetônicas rigorosamente coloniais. Mas de tal maneira se encontra conservado que bem poderá dizer-se a representação do passado longínquo que

não envelheceu. Assim é o aspecto geral dêsse Monumento Histórico, antiga residência dos Bispos e Arcebispos do Rio de Janeiro, hoje, sede de um serviço da mais alta relevância para as forças do Exército Nacional. Sua localização é das mais pitorescas, pois fica dominando, bem do alto, grande trecho da cidade, no Morro da Conceição, próximo à Praça Mauá. O antigo edifício possui a sua história, por sinal longa, vinda desde o século XVII, quando o Brasil longe ainda estava de expulsar o invasor português. Faz-se necessário, em primeiro lugar, escrevermos algumas notas relativas à criação do edifício e às transformações por que



O passado restaurado — pátio do antigo "Palácio da Conceição", hoje sede do Serviço Geográfico do Exército

passou, quanto aos seus ocupantes e instalações que nêle se fizeram. Isto pôsto, iniciemos pelos

PRIMÓRDIOS

Um devoto de N. S. da Conceição edificou, pelos idos de 1634, em honra à santa, uma capela; posteriormente, a sua viúva doou a ermida e o terreno onde a mesma se encontrava, à Ordem do Carmo que, por sua vez, passou aos frades capuchinhos franceses que chegaram ao Brasil em 1659; os religiosos construíram ao lado um convento e depois, expulsos em 1701, devolveram capela, convento e terras ao Cabido. Falou-se muitos anos depois em localizar-se ali um leprosário. A idéia não vingou: a Câmara declarou-se incapaz, financeiramente, de manter o hospital.

PALÁCIO E DEPOIS FORTALEZA

Pouco depois, passa o convento por sensível transformação: não houve dinheiro para a instalação do leprosário, mas o Bispo D. Francisco de S. Jerônimo gostando do local, graças a oito mil cruzados do Erário Real, fez do modesto hospício o "Palácio da Conceição", para a sua residência. A seguir, a Coroa resolveu mandar construir, nos fundos do Palácio, a "Fortaleza de N. S. da Conceição", para proteger a possível entrada de invasores. Em 1718 a obra estava quase terminada. O Governador Brito de Menezes comunicou, então, à Metrópole que a fortaleza possuía "36 peças de ferro, com mil balas de diferentes calibres". Foi, porém, uma fortificação praticamente teórica: nem sequer conseguiu levar avante os seus exercícios de tiro. Explicação muito simples: as salvas prejudicavam a doce tranquilidade dos prelados e afetavam as paredes do Palácio. Houve até, em consequência de alguns danos, pagamento de indenizações da parte do poder público e, assim, sem qualquer utilidade que concerne à defesa da cidade, para lembrança dos pósteros, a planta da fortaleza foi levantada pelo padre Diogo Soares, e hoje se encontra arquivada na Divisão do Patrimônio do Exército. De fortaleza que era, em 1765 tornou-se

"CASA DE ARMAS" E, EM SEGUIDA, "FÁBRICA DE ARMAS DA CONCEIÇÃO"

Eis, então, a Fortaleza de N. S. da Conceição reduzida a depósito de armamentos das tropas coloniais, por ordem do Vice-Rei Conde da Cunha. E' nessa época que se constrói uma das belas dependências do edificio, ainda hoje conservado — o "Edifício da Capela". Mas a época áurea da antiga fortaleza só surgiu em 1811 quando ali se construíram a oficina de reparos de armas e, posteriormente, a chamada "Fábrica de Armas da Conceição". E' o tempo em que D. VI está no Brasil. Tudo que significasse conforto e garantia para o fugitivo se fez à pressa, inclusive a criação do Arsenal de Guerra, que passou a ter jurisdição sobre a Fábrica. A confecção de armas e espingardas dá relêvo ao nome do novo órgão. Mas nem por isso deixou de ser extinto no período regencial para, só em 1844, ser restabelecido. Decaíra, porém, a sua importância: uma série de modificações indica

o completo declínio; torna-se presídio de guardas, a seguir, Seção do Arsenal de Guerra da Côte, depois, sede do 7º Batalhão de Infantaria e de outras unidades militares, para, finalmente, ser simples habitação coletiva das famílias de militares... No decorrer desse período, o edificio do Palácio sofreu diversas transformações e, em 1917, após algumas reparações, o Governo resolveu indicá-lo para servir de sede ao

SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO

Com o desenvolvimento dos trabalhos, o Serviço necessitou de maior espaço. Por isso mesmo, em 1923, o Governo adquiriu, da Mitra, o Palácio da Conceição, para ampliá-lo convenientemente e instalar, em definitivo, o *Serviço Geográfico do Exército*. A restauração do edificio, todavia, só se fez recentemente, com o atual Diretor, o General Djalma Poli Coelho. Conservando a graça das linhas da arquitetura colonial, o prédio é novo, embora, como já se tenha dito, representando o passado distante. Ogivas e azulejos, nichos e capitéis, conchas e grades de ferro, tudo está perfeito na sua beleza simples do estilo colonial. O chamado "Edifício da Capela" é, verdadeiramente, encantador; e talvez esse encanto repouse, principalmente, em haver-se instalado, ali, a Biblioteca do Serviço. Em vez de orações, leitura de livros científicos. Virtude dos tempos novos.

Vista, nessa síntese, a história da Fortaleza e do Palácio de N. S. da Conceição, vejamos, em traços rápidos, a

ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO

Subordinado diretamente ao Ministro da Guerra, o Serviço encontra-se, atualmente, em franca atividade, aumentando, de dia para dia, o volume de sua produção. Realizar bem, cada vez mais, silenciosamente, é este o lema do seu Diretor. O órgão central da Administração está entregue, como dissemos linhas acima, ao Gen. Djalma Poli Coelho, um dos oficiais superiores de maior cultura do nosso Exército. Vários órgãos técnicos se acham diretamente subordinados ao mesmo. Aliás, os nervos centrais de todo o Serviço são as cinco Divisões: a primeira — de Geodésia e Astronomia (chefiada pelo Ten. Coronel Tácio Cesar); a segunda — de Topografia e Topologia (chefiada pelo Coronel Jacinto Dulcardo Moreira Lobato); a terceira — de Fotogrametria (chefiada pelo Coronel Lanes José Bernardes); a quarta — de Cartografia (chefiada pelo Coronel José Brito e Silva) e a Divisão de Reprodução de Cartas, cujo chefe é o Coronel Olopécio Baunon. Existem, ainda, sediadas no Rio Grande do Sul e Paraná, respectivamente, a primeira e segunda Divisão de Levantamento, cujos chefes são, da 1.^a — Ten.-Cel. Roberto Pedro Mishelena e da 2.^a — Cel. Luiz Agapito da Veiga. São encarregadas de colher material de campo e enviar para a sede geral, onde são executados todos os cálculos necessários à confecção dos mapas. O Diretor é assistido diretamente por vários oficiais: o Chefe do Gabinete — Coronel Nelson de Castro Pena Dias e os Adjuntos



O famoso "Edifício da Capela", onde se encontra a Biblioteca do Serviço Geográfico do Exército

do Gabinete — Ten.-Cel. Moisés Castelo Branco e Majores Manoel Correia Dias Costa e Carlos de Moraes. Todo o Serviço é composto de oficiais engenheiros-geógrafos, num total de 56, sem esquecer da existência de diversos sargentos topógrafos, auxiliares dos primeiros e funcionários civis. Estes, foram selecionados pelo D.A.S.P. e são servidores capazes e dedicados. Completamos a organização do Serviço, indicando

OUTRAS DEPENDÊNCIAS

Como órgãos auxiliares e complementares do Serviço Geográfico, devem ser salientados, entre outros, os seguintes: a Seção Administrativa, o Depósito de Cartas e Publicações, o Laboratório Fotográfico e, especialmente, as Oficinas Mecânicas de Precisão. Estas se encontram bem aparelhadas e sua importância é das maiores para a vida das atividades do Serviço Geográfico, pois é aí que se constroem os diversos instrumentos utilizados para a realização dos trabalhos. A direção não se descuidou na escolha do pessoal que serve nessas oficinas. Todo êle é formado de técnicos experimentados, razão por que os instrumentos que ali se fabricam são de toda confiança e têm correspondido perfeitamente às necessidades exigidas. Finalmente, digamos algumas palavras sobre a

BIBLIOTECA DO SERVIÇO GEOGRÁFICO

Esta, conforme já se assinalou, está localizada no chamado Edifício da Capela. Trata-se de uma Biblioteca que, apesar de não ser grande, preenche

satisfatoriamente as exigências do Serviço. E' composta especialmente de obras que dizem respeito às atividades gerais ou específicas do trabalho, destacando-se as de Geografia, Fotogrametria, etc. Merece seja salientada a Mapoteca de que é dotado o Serviço. Possui boas coleções de mapas antigos e modernos, havendo mesmo vários exemplares raros. Quanto ao estado de conservação, melhor não se poderia desejar: grande número de obras está encadernado e todas se mantêm bem limpas, devidamente catalogadas e de fácil consulta. Para completar estas notas, finalizemos assinalando que, anualmente, a Direção faz expor, em pranchas, numa das dependências do edifício, os diversos mapas que o Serviço confeccionou durante o ano. O número poderá não ser dos maiores, a qualidade é a técnica porém, com que foram realizados, nos seus menores detalhes, dizem bem da competência da execução.

* *
*

Precisávamos, no entanto, a fim de informar nossos leitores, com maior segurança, certos aspectos mais dignos de nota do Serviço Geográfico do Exército, ouvir a palavra de quem estivesse ligado diretamente àquele órgão militar. Para isso, ninguém mais capaz do que o seu próprio

DIRETOR

Trata-se, como já dissemos, do Gen. de Brigada Djalma Poli Coelho, natural do Estado do Pa-



O Diretor do Serviço Geográfico do Exército, General Djalma Poli Coelho falando ao nosso redator



Gabinete do Diretor do Serviço; da direita para a esquerda — Cap. Evandro Braga, Ajudante de Ordens do Gen. Poli Coelho; Major Eurides da Costa Rubin, Adjunto; Cap. Nélio Lobato e Major Dias da Costa, este também Adjunto do Gabinete.

raná e, sem favor, uma das mais ilustres figuras do nosso Exército; possuindo o curso da Escola Militar e da Escola de Geografia do Exército, e sendo Engenheiro-Geográfico, o Gen. Poli Coelho pertence ao Quadro Técnico do Exército, já chefiou o Departamento Técnico do Exército e esteve à frente de uma Comissão de limites; vem, presentemente, representando o Governo Federal, há três anos, junto à Fundação Getúlio Vargas, da qual, por eleição da Assembléia Geral, foi escolhido, em março passado, membro do Conselho Diretor dessa entidade presidida pelo Dr. Luiz Simões Lopes. Homem atencioso e afável, com êle tivemos ocasião de manter mais de uma palestra e, em sua companhia, visitamos as diversas dependências do Serviço. Dêsse modo, foi-nos fácil obter as informações para redigir esta reportagem. Pedimos, primeiramente, que o Gen. Poli Coelho nos dissesse algo sobre a história do Serviço Geográfico do Exército, mesmo em poucas palavras, porquanto já nos fornecera dados pormenorizados relativos ao órgão em aprêço. Assim sendo, declarou-nos o distinto Diretor:

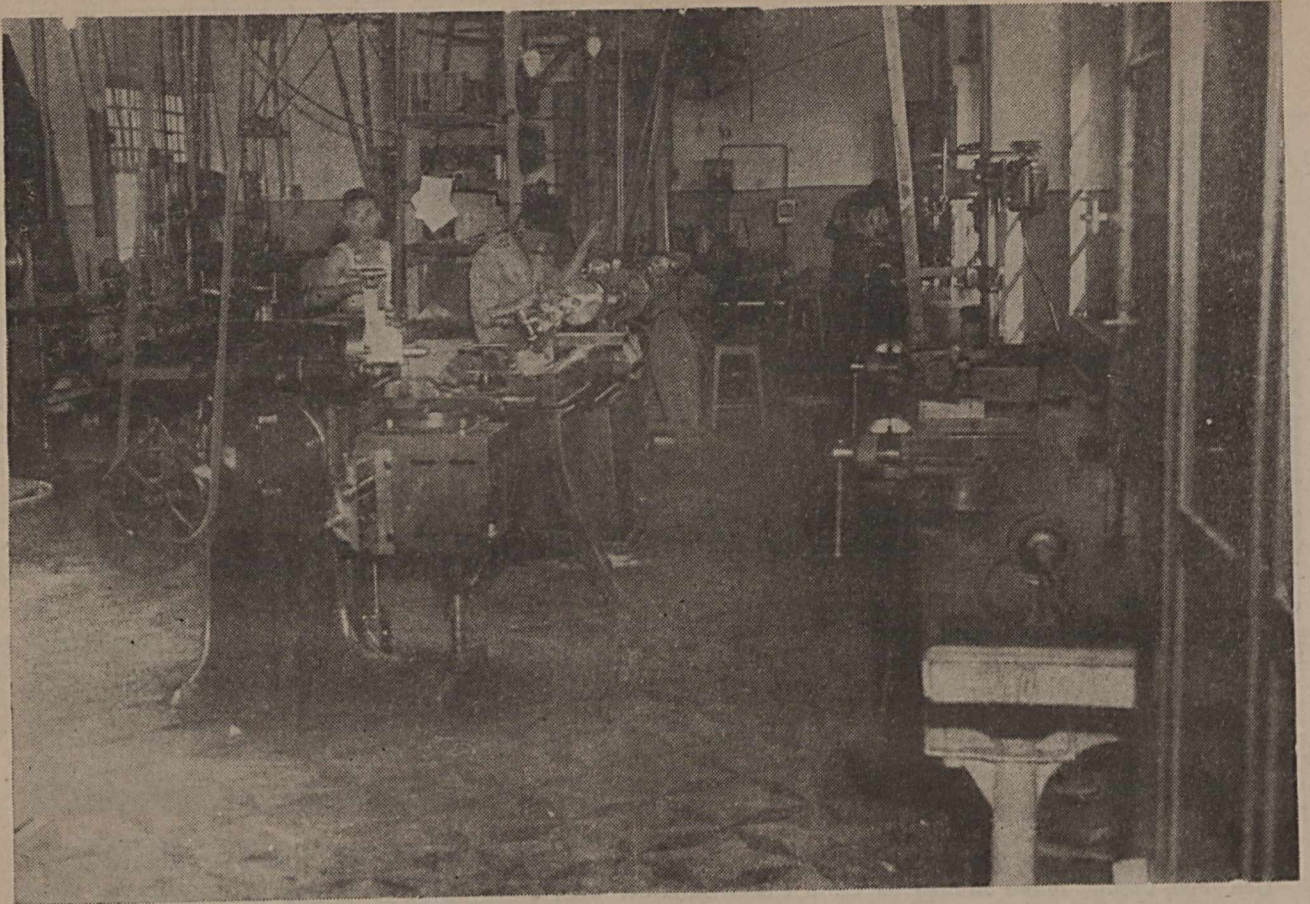
— O atual Serviço Geográfico do Exército é a continuação de uma já antiga tradição militar. Desde o tempo das demarcações de terras entre Portugal e Espanha, já os militares portugueses tinham iniciado os trabalhos cartográficos da sua colônia. Ricardo Franco, o heróico defensor do Forte de Coimbra, é dêsse tempo. Depois da Independência tivemos a Comissão da Carta Geral do Império, que encontrou como principal animador

o depois Marechal Henrique de Beaurepaire Rohan. Essa Comissão foi, todavia, efêmera devido a ausência administrativa que caracterizou quase toda nossa vida imperial, e, assim, muito pouco produziu. Estava reservado à República retomar os trabalhos de levantamento do território nacional. Benjamin Constant cogitou do problema, mas só em 1900 é que se pôde organizar o plano de um levantamento regular e sistemático. Fundou-se, então, em 1903, a Comissão da Carta Geral do Brasil, e em 1919 criou-se, no Rio, o Serviço Geográfico Militar, destinado a introduzir no Brasil os métodos fotogramétricos. Finalmente, em 1930, reuniu-se a Comissão da Carta Geral do Brasil ao Serviço Geográfico Militar, dando origem ao atual Serviço Geográfico do Exército.

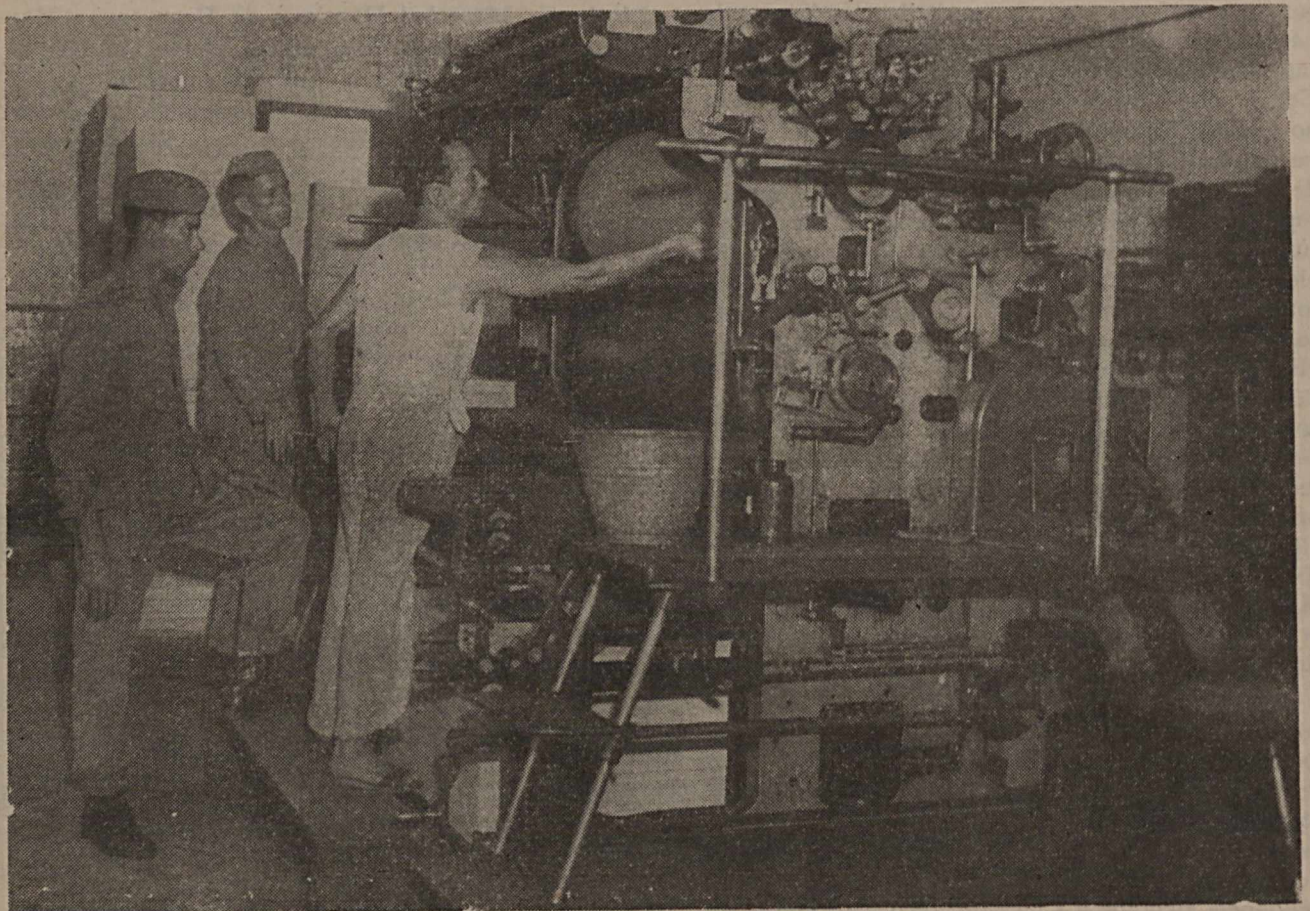
Após esta primeira resposta, indagamos ao General Poli Coelho o seguinte:

Pode-nos dizer algumas palavras sobre o Serviço desde a época que o dirige?

— Nomeado Diretor dêste Serviço, em março de 1946, recebi, sem dúvida, um passado bastante digno de consideração. Tenho procurado conservar e melhorar o Serviço de acôrdo com os meios que posso e as necessidades crescentes do Exército, em matérias de mapas. Dia a dia o nosso Exército precisa de maior número de mapas. Daí, procurarmos atender a essa exigência, desenvolvendo as atividades do Serviço. As instalações, a maquinaria e o instrumental técnico muito têm mudado, como se poderá verificar e é necessário uma renovação



Oficina mecânica do Serviço



Parte da Oficina de impressão do Serviço Geográfico do Exército

constante. A atual administração do Exército me tem proporcionado os meios de fazer êsses progressos, que se refletem numa produção de mapas, sempre maior em cada ano que se passa. Procurando trabalhar do melhor modo possível, o *Serviço Geográfico do Exército* tem mantido um alto padrão técnico, inclusive no que diz respeito o aspecto gráfico.

Por último, fizemos ao Gen. Poli Coelho esta indagação: Quais as principais diretrizes que vem imprimindo ao *Serviço* do ponto de vista administrativo?

— Em primeiro lugar, disse-nos, procurei atingir um bom ponto de partida quanto às instalações e maquinaria; depois disso, minha preocupação consistiu em cumprir bem as missões que o *Serviço* recebe dos órgãos supremos do Exército. Cumprir bem a missão, para nós, do *Serviço Geográfico*, é tratar de publicar anualmente um bom número de mapas novos, que representem fielmente as áreas do território nacional onde o Exército tem interesses cartográficos. Se bem que já tenhamos tido ótimos resultados, ainda não estamos completamente satisfeitos, porque sentimos que há muita coisa a fazer. Estamos num bom caminho e isso já nos conforta bastante. A fotogrametria aérea é o nosso método de levantamento. Fazemos, nós mesmos, as fotografias aéreas; todo o trabalho de campo é baseado sempre nas triangulações geodésicas; além disso, executamos a preparação dos originais topográficos e cartográficos e imprimimos os nossos mapas, cuja elaboração fotogramétrica é feita com instrumentos fabricados nas oficinas do próprio *Serviço*. No que concerne à organização de serviço, que se pode chamar vertical, tem sido a orientação constante do *Serviço Geográfico do Exército*. Não a alterei. Apenas procurei e procuro, continuamente, aperfeiçoá-la; para isso conto com um bom grupo de oficiais técnicos e fun-

cionários civis, todos muito bem integrados nas suas atividades. Trabalhamos discretamente: não fazemos propaganda dos nossos trabalhos, mas constatamos, cada dia mais, que eles falam por si mesmos, chegando ao nosso conhecimento o aplauso das pessoas que têm conhecimento suficiente para julgar. Nossas diretrizes, portanto, se resumem em duas palavras muito simples: silêncio e produção.

Satisfeitos com a atenção que nos dispensara o Diretor do *Serviço Geográfico do Exército*, podemos encerrar esta reportagem com a seguinte

CONCLUSÃO

Visitando o *Serviço Geográfico do Exército*, fica-se conhecendo um órgão que, discreta e eficientemente, realiza as suas tarefas de grande importância para a nação. Instalações bem cuidadas — um belo edifício construído na época colonial, mas novo pela conservação —, ordem na execução dos trabalhos, pessoal militar e civil bem qualificado, eis o que se pode dizer em poucas palavras. O seu Diretor, Gen. Poli Coelho, dedica sua atividade exclusivamente a permitir o bom funcionamento das diversas divisões e serviços outros que formam a unidade, de modo a obter-se excelente produção de mapas necessários às atividades do glorioso Exército brasileiro. Os oficiais que ali servem são homens especializados, interessados todos na melhor consecução dos trabalhos pedidos pelos órgãos superiores do Exército; o mesmo se diga em relação aos sargentos e funcionários civis, dos quais muito depende o alto nível técnico que possuem os serviços executados. Produzindo sem alarde ou empáfia, o *Serviço Geográfico do Exército* bem poderá servir de modelo para outros órgãos públicos que, infelizmente, não atingem os seus verdadeiros objetivos.

Nêle se enquadram aspectos vários, entre os quais o aspecto econômico, o político, o antropológico, o médico-social e por aí além. Todos a merecerem reflexão, capacidade de organização e, particularmente, gosto pelo seu estudo. Entre nós, as pesquisas a êsse respeito são mais de gabinete do que baseadas no compulsamento do material humano e nos fatos sociais daí decorrentes. Ainda não temos o hábito das experiências em massa, como fazem os ingleses na Austrália e na África do Sul, e os americanos no Havai e nas Filipinas. De tudo isso resulta a dificuldade com que desenvolvemos o desenvolvimento histórico-social. E daí, o vemos um GILBERTO FREYRE tendo que recorrer engenhosamente a anúncios do "Diário de Pernambuco" do século passado, a fim de conseguir a reconstrução de fatos sociológicos.

Deusdedit Araujo, in R. S. P., outubro de 1945.

Segundo CARMIGNANI, a fé pública não tem existência concreta; é apenas uma opinião, donde, a seu ver, não se pode explicar satisfatoriamente a formulação dos crimes questionados. Não obstante, CARMIGNANI, a tese de CARRARA, em conformidade com a doutrina generalizada. Por êste a fé pública não é simples opinião, sentimento, modo de ver, sensação, juízo, ou abstração sutil, porém realidade, porque nasce ou resulta de ato de autoridade que a impõe.

CARRARA ainda distingue entre essa fé pública imposta pela autoridade para atestar a genuinidade de certos atos, garantindo-lhes a parte externa em regra, corroboradora da substância como legítima, e outra que é a fé pública atinente às relações particulares. Assim a fé que têm os homens uns nos outros, em sociedade. Pela confiança recíproca dos componentes da comunhão social, há uma sorte de fé pública, das relações dos homens entre si, e modo de ser desta fé pública constitui a chamada fé particular.

Oscar Stevenson, in R. S. P., julho de 1946.